

Atos Oficiais

LEI Nº 6.683, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a concessão de direito real de uso, an modalidade onerosa, para o Banco Bradesco S.A., e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município autorizado a conceder ao Banco Bradesco S.A., CNPJ nº 60.746.948/0001-12, nos termos do art. 67, da Lei Orgânica do Município, independentemente de concorrência pública, o uso da área localizada na Rodovia Índio Tibiriçá, nº 2.806, que assim se descreve e caracteriza:

"Mede 20,35 (vinte metros e trinta e cinco centímetros) de frente para a Estrada Ribeirão Pires - Suzano, por 30,00m (trinta metros) de frente aos fundos, em ambos os lados, tendo nos fundos a mesma largura da frente, confrontando do lado direito de quem da Estrada olha para o terreno, com terrenos de Miyoshi Tomoyoshi e Sua Mulher, do lado esquerdo com propriedade da Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires, e nos fundos com terrenos de Miyoshi Tomoyoshi."

Parágrafo único. A concessão a que se refere este artigo far-se-á mediante termo de concessão de direito real de uso onerosa, que integra esta Lei.

Art. 2º O prazo da concessão será de 05 (cinco) anos, renováveis, a contar da assinatura do termo de concessão de direito real de uso onerosa.

Art. 3º A concessão de direito real de uso será pelo valor mensal de R\$ 5.743,75 (cinco mil, setecentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), mensais, que deverá ser atualizado, anualmente, com base nos índices oficiais utilizados pelo Município.

Parágrafo único. Em caso de atraso no pagamento, será devida multa moratória no valor de 10% (dez por cento) do valor devido, bem como juros de 1% (um por cento) ao mês.

Art. 4º O Banco Bradesco S.A será responsável, por todas as obrigações contidas no termo de concessão de direito real de uso que integra esta Lei.

Art. 5º A concessão a que se refere a presente lei será revogada, sem direito a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, nos seguintes casos:

- I - o imóvel, no todo ou em parte tiver utilização diversa daquela destinada;
- II - inobservância do prazo previsto no ato autorizativo da concessão;
- III - ocorrer inadimplemento de cláusula contratual;
- IV - renúncia à concessão;
- V - a concessionária deixar de exercer as suas atividades específicas ou extinção;
- VI - a qualquer tempo, se o Município necessitar do imóvel para seu uso próprio.**

Art. 6º A concessão a que se refere a presente lei obedecerá as seguintes condições, dentre outras expressas no Termo de Concessão, sem as quais poderão levar a sua revogação:

- I - a utilização do imóvel objeto da presente concessão, exclusivamente, para funcionamento de agência bancária;**
- II - o cumprimento de todas as exigências do Poder Público, referentes ao imóvel objeto desta concessão;**
- III – Obter, previamente, à realização de qualquer obra ou edificação, das licenças dos órgãos Estaduais e Municipais, sob pena de demolição e retorno ao *status quo ante*, bem como o pagamento de multa no valor correspondente a 3 (três) vezes o valor mensal da concessão;**
- IV - o pagamento de impostos e taxas incidentes sobre o imóvel a partir da data da assinatura deste contrato, devendo os respectivos recibos serem apresentados à Concedente, quando solicitado;**
- V - o pagamento do IPTU incidente sobre o imóvel;**
- VI – o pagamento das despesas de consumo de água, energia elétrica, bem como aquelas necessárias às ligações correspondentes, sob pena de constituir infração contratual;**
- VII – o pagamento de todos os impostos e taxas incidentes sobre o imóvel, a partir da data da assinatura do termo de concessão, devendo os respectivos recibos serem apresentados à Concedente, quando solicitado;**

VIII - a manutenção do imóvel, em boas condições de higiene, limpeza e conservação, zelando sempre por ele para assim os restituir, quando findo ou rescindido este contrato, sem direito à retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, ainda que necessárias, as quais ficarão, desde logo, incorporadas ao imóvel;

IX- não locar, sublocar, emprestar ou ceder, a qualquer título, a área para terceiros, bem como zelar pela conservação da área e evitar que terceiros a invadam;

X – renúncia expressa de qualquer espécie de indenização por construções edificadas no imóvel objeto da concessão, assim como por benfeitorias, quer voluptuárias, úteis e/ou necessárias.

Art. 7º A transgressão a quaisquer das obrigações contidas no termo de **concessão de direito real de uso onerosa**, em especial o não pagamento dos tributos municipais e do valor mensal a título de concessão por, no máximo 3 (três) meses, implicará na rescisão do contrato, com a desocupação da área no prazo fixado, sem direito a qualquer indenização.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 12 de novembro de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

Processo Administrativo nº 451/1997 – PMRP.
Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO ONEROSA

CONTRATO N.º. ____/2021

OBJETO: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO ONEROSA

PARTES: MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES

BANCO BRADESCO S.A

As partes, neste instrumento nomeadas, de um lado como **CONCEDENTE, MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES**, pessoa jurídica de direito público interno, com domicílio na Prefeitura Municipal na Rua Miguel Prisco, nº. 288, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.522.967/0001-34., neste ato representada por, e de outro lado como **CONCESSIONÁRIA**,, com sede, inscrita no CNPJ, neste ato representada por, tudo conforme consta do Processo Administrativo nº , e da Lei nº, de/...../....., têm entre si contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 A CONCEDENTE é legítima proprietária da área abaixo descrita, conforme o memorial descritivo, com as seguintes medidas e confrontações:

"Mede 20,35 (vinte metros e trinta e cinco centímetros) de frente para a Estrada Ribeirão Pires - Suzano, por 30,00m (trinta metros) de frente aos fundos, em ambos os lados, tendo nos fundos a mesma largura da frente, confrontando do lado direito de quem da Estrada olha para o terreno, com terrenos de Miyoshi Tomoyoshi e Sua Mulher, do lado esquerdo com propriedade da Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires, e nos fundos com terrenos de Miyoshi Tomoyoshi."

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 Por possuir o imóvel livre e desembaraçado de quaisquer ônus, a CONCEDENTE, concede o seu direito real de uso, na modalidade onerosa, à CONCESSIONÁRIA nos termos da Lei Municipal de/...../.....

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 A concessão de direito real de uso onerosa vigorará pelo prazo de 05 (cinco) anos, renováveis,

contados a partir da data de assinatura deste contrato, registrado junto à Secretaria de Finanças e Administração.

CLÁUSULA QUARTA

4.1 A presente concessão será em caráter oneroso pelo valor mensal inicial de R\$ 5.743,75 (cinco mil, setecentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), mensais, conforme parecer técnico da Comissão Permanente de Avaliações, que deverá ser atualizado, anualmente, com base nos índices oficiais utilizados pelo Município.

CLÁUSULA QUINTA

5.1 São obrigações da concessionária:

- I - a utilização do imóvel objeto da presente concessão, exclusivamente, para funcionamento de agência bancária;
- II - o cumprimento de todas as exigências do Poder Público, referentes ao imóvel objeto desta concessão;
- III - obter, previamente, à realização de qualquer obra ou edificação, das licenças dos órgãos Estaduais e Municipais, sob pena de demolição e retorno ao *status quo ante*, bem como o pagamento de multa no valor correspondente a 3 (três) vezes o valor mensal da concessão;
- IV - o pagamento de impostos e taxas incidentes sobre o imóvel a partir da data da assinatura deste contrato, devendo os respectivos recibos serem apresentados à Concedente, quando solicitado;
- V - o pagamento do IPTU incidente sobre o imóvel;
- VI - o pagamento das despesas de consumo de água, energia elétrica, bem como aquelas necessárias às ligações correspondentes, sob pena de constituir infração contratual;
- VII - o pagamento de todos os impostos e taxas incidentes sobre o imóvel, a partir da data da assinatura do termo de concessão, devendo os respectivos recibos serem apresentados à Concedente, quando solicitado;
- VIII - a manutenção do imóvel, em boas condições de higiene, limpeza e conservação, zelando sempre por ele para assim os restituir, quando findo ou rescindido este contrato, sem direito à retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, ainda que necessárias, as quais ficarão, desde logo, incorporadas ao imóvel;
- IX - não locar, sublocar, emprestar ou ceder, a qualquer título, a área para terceiros, bem como zelar pela conservação da área e evitar que terceiros a invadam;
- X - renúncia expressa de qualquer espécie de indenização por construções edificadas no imóvel objeto da concessão, assim como por benfeitorias, quer voluptuárias, úteis e/ou necessárias.

CLÁUSULA SEXTA

6.1 A inobservância por parte da concessionária de quaisquer das obrigações estipuladas neste contrato, bem como o não pagamento dos tributos municipais e do valor mensal a título de concessão por, no máximo, 3 (três) meses consecutivos, acarretará de imediato sua rescisão, devendo a concessionária desocupar o imóvel no prazo que lhe for expressamente fixado independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

6.2 No pagamento após a data de vencimento, incidirá multa de 10% sobre o valor, acrescido de juros moratórios de 1% ao mês e atualização financeira.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1 Em nenhuma hipótese a CONCEDENTE indenizará quaisquer benfeitorias realizadas na área ou em sua edificação, inclusive por ocasião do término do prazo convencionado na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA OITAVA

8.1 Fica eleita a Comarca de Ribeirão Pires, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, desde que frustrada a composição amigável.

E, por estarem de acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Ribeirão Pires, ____ de _____ de 2021

CLÓVIS VOLPI
Concedente – Prefeito

Concessionária

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

LAUDA VISA Nº28/2021

Renovação de Licença de Funcionamento de APERAM INOX TUBOS BRASIL LTDA (clínica médica) – Proc. 6488/2010 - **Renovação de Licença de Funcionamento** de GERMANO BORBA ME – PROC. 1707/2001 - **Renovação de Licença de Funcionamento** de TEC LAB MEDICINA DIAGNOSTICA S/A – Proc. 9072/2011 - **Renovação de Licença de Funcionamento** de CLINICA MEDICA & CIRURGICA SALUTARIS S/S LTDA – Proc. 2484/2001 – **Renovação de Licença de Funcionamento** de SERFISIO RP SERVIÇOS FISIOTERAPEUTICOS LTDA – Proc. 5528/2020 – **Renovação de Licença de Funcionamento** de COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS – Proc. 2444/2015 – **Renovação de Licença de Funcionamento** de PRO FORMULA PRODUTOS NATURAIS LTDA ME – Proc. 8685/2010 – **Patricia Bezerra da Silva, Diretora de vigilância Sanitária.**

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS Processo Administrativo nº 5900/2021 Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA EM PARADAS DE ÔNIBUS. (PC 3828/2021). Contratada: LEOMA CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA. Ficam V.Sas. comunicados a iniciarem os serviços de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA EM PARADAS DE ÔNIBUS, a partir do dia 22 de novembro de 2021, em conformidade com o Termo de Contrato nº 461/2021. Ribeirão Pires, 17 de novembro de 2021. Secretário de Obras Sérgio Poloni dos Reis. LEOMA CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA

Cancelamento de Alvará de Funcionamento

A Secretaria do Meio Ambiente Habitação e Desenvolvimento urbano no uso de suas atribuições está Cassando o Alvará de funcionamento de nº 157/2020, comércio localizado na Rua Presidente Kennedy nº 163 – Ribeirão Pires – Centro – SP em nome de RESTAURANTE E PIZZARIA PARRILLA LO DE OSVALDO LTDA INSCRITO Sobre o, CNPJ: 25.006.666.0001-88, sobre o Processo Administrativo nº 5166/2019, pelo motivo de irregularidade na emissão do Alvará o mesmo foi emitido sem a prévia análise técnica do estudo e impacto de vizinhança aprovado por essa Prefeitura. Sobre o Auto de Infração Ambiental “AIA” nº 1666-A, emitido por esta Prefeitura Municipal.